

DOI: 10.33947/1980-6469-V17N1-4837

A IMPORTÂNCIA DOS ARQUIVOS DOPS-PR NA CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO**THE IMPORTANCE OF DOPS-PR FILES IN BUILDING A MEMORY OF EDUCATION**Valquíria Elita Renk¹, Julia Aliot da Costa Ilkiu², Rivaldo Dionizio Candido³**RESUMO**

Este artigo discute a importância dos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social no Paraná – DOPS-PR, como espaço de pesquisa e construção de uma memória sobre a Educação e Direitos Humanos. O recorte temporal é dois períodos da história do Brasil: de 1937 a 1945 e de 1964^a 1985, que foram de regimes ditatoriais e que fizeram uso do aparato legal e da polícia política nas ações de vigilância, repressão e sanção aos considerados inimigos. É uma pesquisa documental, cujas fontes são os documentos que compõem a Coleção Dossiês da DOPS, sob a guarda do Arquivo Público do Paraná. Os Dossiês trazem o registro individualizado das ações, as violações dos direitos por parte dos agentes políticos e também os processos de resistência de professores, estudantes e instituições educacionais ante as normativas legais. Estes documentos podem ser consultados por todos os cidadãos e constituem-se em importante fonte de pesquisa histórica. Estes documentos são importantes na construção de uma memória sobre a Educação e os Direitos Humanos, sobre o direito à memória e a possibilidade de construir uma sociedade mais justa e democrática. Os arquivos se constituem como espaços de memória, são educativos na reflexão da Educação em Direitos Humanos. O corpus documental será analisado em perspectiva interdisciplinar com Piovesan (2017), Gaspari (2002) Foucault (2008), Garcia (2011) Le Goff (2012), Bacellar (2005) e Silva Filho (2010).

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos. Arquivos. Dossiês DOPS-PR. Educação; Memória

ABSTRACT

This article discusses the importance of the archives of the Police Station for Political and Social Order in Paraná-DOPS-PR, as a space for research and construction of a memory on Education and Human Rights. The time frame is two periods of Brazilian History: from 1937 to 1945 and from 1964 to 1985, which were of dictatorial regimes and which made use of the legal apparatus and political police in surveillance, repression and sanctioning actions Against those considered enemies. It is documentary research whose sources are the documents that make up the Dossier Collection of DOPS, under the custody of the Public Archives of Paraná. The Dossiers bring the individualized record of actions, violations of rights by political agents and also the resistance processes of teachers, students and educational institutions in the face of legal regulations. These documents can be consulted by all citizens and constitute

¹ Pós-doutora e Doutora em História da Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora Permanente do Mestrado em Bioética e do Mestrado em Direitos Humanos e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Líder do Grupo de Pesquisa Bioética e Educação – CNPq/PUCPR. Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação e da Sociedade Brasileira de Bioética. Integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Formação e das Práticas Educativas (NUHFOPE/UFPR) e a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos - ReBEDH. Professora Visitante do Doutorado em Humanidades na Universidade Católica de Moçambique.

² Mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Especialista em Ministério Público - Estado Democrático de Direito pela Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná (FEMPAR) e em Direito Constitucional e Direitos Humanos Fundamentais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Professora de graduação no curso de Direito na Universidade do Contestado (UNC).

³ Mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas e Graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Foi pesquisador de Iniciação Científica nas áreas de História da Educação e Direitos Humanos, com financiamento da Fundação Araucária (2018-2020).



an important source of historical research. These documents are important billing a memory about Educations and Human Rights, about the right of memory and the possibility of Building in the reflection on Educations in Human Rights. The documentary corpus will be analyzed in an interdisciplinary perspective with, Piovesan (2017), Gaspari (2002), Foucault (2008), Garcia (2011), Le Goff (2012), Bacellar (2005) and Silva Filho (2010).

KEYWORDS: Human rights. Files. DOPS-PR Dossiers. Education; Memory

INTRODUÇÃO

Objetiva-se neste artigo, discutir a importância dos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social no Paraná – DOPS-PR, como espaço de pesquisa e construção de uma memória sobre a Educação e Direitos Humanos.

A DOPS foi criada pela lei nº 2304, de 30 de dezembro de 1924, para combater crimes de ordem política e social que pudessem colocar em risco a segurança da nação e foi extinta em 1989. Esta instituição foi bastante atuante durante o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura civil militar (1964-1985), especialmente na perseguição aos opositores políticos, lideranças populares ou mesmo suspeitos de atividades consideradas ‘subversivas’. A DOPS tinha como finalidade precípua a coleta de informações, a vigilância e monitoramento de pessoas, grupos ou entidades que poderiam representar, sob a ótica do poder vigente, uma ameaça ao governo e um risco à segurança nacional. O acervo é composto por mais de sete mil pastas e 62.500 fichas individuais (por pessoa física ou instituição) e está guardado no Arquivo Público do Paraná desde 1991, identificado como Dossiês DOPS (POMARI; PRIORI, 2012). Os sujeitos cujas ações e atividades eram consideradas contrárias ou mesmo discordantes eram investigados e o conteúdo de cada investigação pode ser conhecido nas Pastas Temáticas ou Dossiês DOPS, fonte de pesquisa deste artigo. Cada pasta temática é individualizada contendo vários documentos e informações armazenadas pelos agentes que possibilitam analisar as relações de poder e os constrangimentos e as violências que passaram os processados. Especificamente sobre a Educação, existem os Dossiês ou pastas individuais de docentes, de estudantes, de representações sindicais e de representação docente ou estudantil. As instituições educacionais, os professores, os estudantes e a comunidade escolar foram bastante controladas e vigiadas pelos agentes do Estado, quanto ao cumprimento da legislação, assim como as suas ações de caráter reivindicatório e político (FOUCAULT, 1981, 2008, 1999).

Metodologicamente, esta é uma pesquisa documental cujas fontes são os arquivos DOPS, especificamente os Dossiês/ as pastas referentes as investigações de alguns docentes. Este corpus documental mostra a ação violenta do Estado na vigilância e controle da população e os processos de resistência ante as imposições legais. O recorte temporal, serão selecionados alguns dossiês referentes aos períodos de ditaduras (Estado Novo – 1937-1945 e Ditadura civil militar 1964-1985), que trazem os vestígios das ações do Estado. Dada a importância documental da polícia política, os arquivos DOPS são fonte de pesquisas para a história da Educação e para os Direitos Humanos, como podemos mencionar alguns estudos: Braggio; Fiuza (2013), Renk (2014), Ilkiu (2020) e Candido (2021).

As fontes de pesquisa são imprescindíveis na pesquisa histórica pois trazem os vestígios da ação do Estado e da sociedade antes a situações política vivida. Cabe ao pesquisador interroga-las para obter as respostas aos questionamentos da pesquisa (VEYNE, 1982). O cotejo das fontes possibilita a apreensão das tensões que se estabeleceram entre o governo, os professores, os estudantes dentro de um projeto de segurança nacional, dos impactos da legislação escolar na organização pedagógica, na cultura escolar e na formação dos sujeitos conforme os interesses políticos da época. Também permitem fazer inferências à trama que envolveu os sujeitos e suas estratégias de resistência ao regime político. A comparação, a interrogação dos registros documentais que compõem as fontes de pesquisa, possibilitam entender as acusações atribuídas aos sujeitos, as astúcias e as formas de resistências destes envolvidos ante a situação política, mas também as estratégias desenvolvidas pelos agentes do Estado para monitorar e reprimir esses envolvidos.

[...] é preciso conhecer a fundo, ou pelo menos da melhor maneira possível, a história daquela peça documental que se tem em mãos. Sob quais condições aquele documento foi redigido? Com que propósito? Por quem? Essas perguntas são básicas e primárias na pesquisa documental. [...] Contextualizar o documento o que se coleta é fundamental para o ofício do historiador! (BACELLAR, 2005, p. 63)

As fontes de pesquisa, do ponto de vista histórico, são objetos que podem trazer conteúdos que fornecerão indícios sobre o ideário político e ético se intencionou disseminar na sociedade brasileira em geral e paranaense em particular. “Encontrar os documentos que servem ao tema trabalhado é uma sensação que todos que passaram pela

experiência recordam com prazer, e os move a novamente retornar à pesquisa” (BACELLAR, 2005, p. 49). Assim, o pesquisador mais do que fazer a análise de conteúdo dos documentos divulgados, deve apreender as tensões, os jogos de poder e os conflitos que perpassam o texto que é divulgado (e do que não é explicitamente divulgado). No processo analítico das fontes é preciso reconhecer indícios, com a mediação da teoria que informa o pesquisador (CUNHA, 2004; CRIVELLI; BIZELLO, 2012). Neste sentido, Pesavento (2003, p. 33), analisa que a “história é uma urdidura discursiva de ações encadeadas que, por meio da linguagem e de artifícios retóricos, constrói significado no tempo”.

Os documentos constantes nos Dossiês da DOPS guardam os vestígios que permitem identificar os modos de pensar, circunscrever condutas que fundamentam as coesões e as rupturas sociais (FARGE, 2009). Trazem indícios das formas de resistência dos processados ante o regime político, das reivindicações trabalhistas e outras formas de protesto. Os arquivos estatais selecionam e guardam os documentos que irão compor uma memória oficial das ações do Estado e, neste sentido, o Arquivo Público do Paraná pode ser considerado um lugar de memória (LE GOFF; NORA, 1984; GARCIA, 2011). Os documentos arquivados revelam a atuação do Estado na vigilância e repressão aos inimigos. Os procedimentos adotados para a seleção dos documentos que foram preservados e arquivados revelam-se como instrumentos de poder, verdade, de significação histórica e política (NEGREIROS; DIAS, 2008; FOUCAULT, 2008; DERRIDA, 2001).

DOIS PERÍODOS HISTÓRICOS: DIFERENTES AÇÕES DA POLÍCIA POLÍTICA DO ESTADO

Neste artigo, serão delineadas algumas ações da polícia política dos Governos do Estado Novo, com Getúlio Vargas no poder e na ditadura civil militar de 1964-1985. Nas duas situações a polícia política foi bastante atuante na vigilância e controle das ações dos considerados ‘inimigos’ da nação.

Durante as duas ditaduras, um instrumento bastante utilizado foi concessão do Atestado de Idoneidade política e social ou Atestado Ideológico, em inúmeras situações como habilitação de motorista, ingresso no serviço público, em empresas privadas, assumir cargos em sindicatos, ingresso no magistério estadual e municipal, entre outras.

Este documento era emitido pela DOPS e impedia que pessoas com antecedentes políticos ingressassem em empresas ou serviço público. Era um documento burocrático, produzido a partir da consulta das informações constantes em seus arquivos e que ficavam registradas nas fichas individuais dos processados. Caso o requerente não tivesse sido processado na DOPS, receberia o documento com a anotação “Nada consta” ou “Com deferimento”. E caso de indeferimento, a DOPS adotava outros procedimentos como a vigilância, novas investigações ou até a prisão. Esta situação revela a ação preventiva do Estado em garantir que pessoas com atuação política, sindical, social, não assumissem cargos administrativos, mantendo a ordem estabelecida (PEREIRA, 2019). Mas, para além do documento burocrático, a exigência de apresentação do Atestado Ideológico desumanizava, negava o direito ao trabalho, excluía aqueles que participavam da vida política e social.

Nos Dossiês DOPS analisados, foram localizados inúmeros atestados ideológicos solicitados por professores. Essa era uma forma de controle e vigilância aos profissionais da educação, impedindo a entrada de pessoas consideradas (pelos agentes do Estado) subversivos para o interior das instituições de ensino, como pode ser conhecido na Figura 1 (ILKIU, 2020; CANDIDO, 2021; CORREA, 2011).

A figura 1 ilustra um modelo de Ficha com dados do processado e faz parte do Dossiê DOPS n. 2357 de 1973. É um documento confidencial, solicitando buscas junto à Instituição de atuação sobre registros negativos e trazendo informações das atividades profissionais do processado⁴. Este documento circulou na IES que o processado atuava, pois tem o seu carimbo.

Um dado interessante é a morosidade do processo, pois em janeiro de 1973 foram solicitados dados à IES e somente no mês de junho é que as mesmas foram protocoladas na DOPS.

⁴ Para preservar a identidade do processado, seu nome foi ocultado.

Figura 1 - Atestado de antecedentes políticos e sociais

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

173

CONFIDENCIAL

PEDIDO DE BUSCA Nº73/73-AESI/UFR. - Dt.: 10 JAN 73. -

ASSUNTO: [REDACTED]

ORIGEM: AESI/UFR. -

DIF. ATUAL: ACT/ENI - SR/DFF e DOPS/Pr. -

REF.: Proc. 202/73-AESI/UFR.

ANEXO: 1 curriculum vitae - em 4 folhas.

1. DADOS CONHECIDOS.

1.1. O nominado está desenvolvendo um projeto para a realização de um Curso de Partículas Elementares, no Instituto de Física da UFR, em data não fixada no corrente ano de 1973.

1.2. Os dados pessoais estão contidos no curriculum vitae, em / anexo.

2. DADOS SOLICITADOS.

2.1. Antecedentes negativos registrados.

2.2. Outros julgados úteis ou necessários.

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento.
(Art. 2º Dec. nº 6.417, 87 - Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos.)

CONFIDENCIAL

D.O.P.S.
PROTOCOLO
Nº 36.13
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

Fonte: Dossiê DOPS n. 2357, 1973

A figura 1 apresentado os trâmites para que o requerente tivesse o Atestado de Antecedentes Políticos e Sociais, e, neste caso constam anotações de sua vida profissional. Neste sentido, corrobora-se com Diehl (1998) ao analisar que a tradição autoritária brasileira já estava presente no projeto de construção do Estado Nacional desde a década de 1920. O nacionalismo e o autoritarismo são associados na elaboração de uma cultura nacional nos períodos em análise neste projeto, cujos governos tinham grande preocupação com a segurança nacional e para isso criaram um conjunto de leis que amparam os interesses políticos e um projeto de nação.

A NACIONALIZAÇÃO NOS ANOS DE 1920-1930 E A AÇÃO DA POLÍCIA POLÍTICA

No governo Vargas, em pleno processo de nacionalização, os 'inimigos', passaram a ser os descendentes de imigrantes, que moravam nas colônias étnicas do Paraná, por sua resistência em incorporar-se à cultura nacional e mais especificamente em falar a língua portuguesa (SKIDMORE, 1998)

Neste processo, observa-se em curso, ações para a nacionalização da infância e juventude, através da escola, especialmente no que se referia ao ensino em língua nacional. No Paraná, a legislação desde 1900 pautava pelo ensino em língua nacional. Mas, a situação era que, como os imigrantes foram instalados em colônias étnicas, nem sempre haviam escolas públicas. No Paraná, haviam mais de 200 escolas étnicas ou escolas de imigrantes, particulares. Assim, construíam e mantinham a escola, o professor e material didático. Portanto eram instituições particulares, vinculadas às comunidades, ou às congregações Religiosas ou eram escolas subvencionadas (recebiam a subvenção estatal com a contrapartida que deveriam ensinar a língua portuguesa) (RENK, MASCHIO, 2021). A existência destas escolas era à margem do aparelho estatal e atendiam os interesses das comunidades, especial-

mente no ensino da língua materna (de origem do grupo) ou de forma bilíngue (em português na língua materna do grupo étnico) (RENK, 2014). No Brasil, estima-se que haviam em 1937, havia 1.579 escolas alemãs, 396 italianas, 349 polonesas e 178 japonesas, revelando a importância da escolaridade para estes imigrantes e suprimindo a não existência de escolas públicas (KREUTZ, 2000).

Após a Primeira Guerra Mundial, as ações de nacionalização do ensino intensificaram-se no Paraná, especialmente pela legislação escolar, adoção do Programa de Ensino, livros didáticos, aulas de língua portuguesa, história e geografia do Brasil, intensificação das atividades cívicas, com o intuito de nacionalizar os escolares.

Na década de 1930, em nome da segurança nacional, foram sancionadas as seguintes legislações: Lei n. 38 de 04 de abril de 1935 (Lei de Segurança Nacional) e a Lei 244 de 11 de setembro de 1936, instituindo o Tribunal de Segurança Nacional. Este conjunto de leis instituiu a prisão aos opositores, fechamento de jornais e prisão de jornalistas, liberdade de locomoção restrita, proibição de greves e prisão aos seus organizadores, entre outras (ALVES, 1993).

Com o golpe de Estado de 1937, o programa de ação do governo Vargas tinha como premissa “erradicar as influências estrangeiras atuantes, principalmente nos três Estados do Sul e incutir nas populações de origem europeia o sentimento de brasilidade” (SEYFERTH, 1982, p. 175).

Após de expressivo número de legislações e normatização, a nacionalização compulsória ocorre em 1938, com o Decreto Federal 406 de 04/05/1938, que extinguiu todas as escolas e associações étnicas e proibiu o uso de língua estrangeira em espaços públicos. Tornou obrigatório o ensino em língua portuguesa em todas as escolas. A extinção das escolas estrangeiras ocorreu em 1938, através do Decreto Federal nº 406 de 04, de maio (KREUTZ, 1991). Neste sentido, pode-se analisar que “o ensino é (...) um instrumento em ação para garantir a continuidade da Pátria e dos conceitos cívicos e morais que nela se incorporam (HORTA, 1994, p. 160). A extinção das escolas estrangeiras ocorreu em 1938, através do Decreto Federal nº 406 de 04, de maio (KREUTZ, 1991, p. 154).

A partir desta data, todas as escolas étnicas foram fechadas, as pessoas foram proibidas de expressar-se em espaços em outra língua que não fosse a vernácula, docentes foram processados acusados de não ensinar a língua portuguesa, livros foram apreendidos, não puderam mais ser publicados e nem circular livros e jornais em língua estrangeira e nem mesmo as celebrações religiosas poderiam ser em outra língua que não fosse latim ou português. Ante este quadro, a polícia política do Estado, vigiava a população para que a legislação fosse cumprida, revelando a sua violência e violação de direitos como a livre circulação, convívio social e expressão. Assim, os Dossiês DOPS, trazem inúmeras situações de delação, denúncias, solicitação de reabertura de escolas, a devolução de bens apreendido e os salvo condutos para poder circular no estado e no país, revelando a constante vigilância dos considerados ‘inimigos’.

Naquele período, os agentes da polícia política vigiavam lideranças, professores, religiosos, descendentes de imigrantes para exigir o cumprimento da legislação sobre ensinar e comunicar-se somente em língua portuguesa. Inúmeros são os Dossiês que trazem cartas denunciando escolas e professores por não ensinarem em língua portuguesa.

A exemplo, citamos o Dossiê DOPS n.1106 (Igreja Católica), onde uma pessoa identificada como “uma filha do meu Estado- uma patriota brasileira de corpo e alma” enviou em 1943 uma carta de 05 laudas ao Interventor do Estado e este a encaminha ao Delegado da DOPS, denunciando que em Marechal Mallet, Vera Guarani e Cruz Machado, havia um instituto (Escola Religiosa Ucraniana) onde se ensinava em língua ucraniana. No decorrer do processo, a denunciante informa nomes de vários religiosos e religiosas, inclusive há fotografias de várias (religiosas) e as informações/queixas de cada uma. No dossiê são inseridas correspondências em língua eslava, cartas de uma jovem arrependida por suas atitudes junto as religiosas, correspondência do Delegado da DOPS aos religiosos informando a necessidade de salvo condutos para se locomoverem vários documentos foram juntados, diligências realizadas.

O Dossiê 1333 (do Quartel General da 5ª. RM/DI) relata a ação dos militares na apreensão de livros, livros religiosos, calendário agrícola e outros materiais em língua polonesa e alemã. O Dossiê 1284 (Casa Olavo Bilac-Liga de Defesa Nacional) traz documentação do confisco da edificação da Sociedade Garibaldi em Curitiba, em

1942 e transformado na sede da Liga de Defesa Nacional e Academia Paranaense de Letras. A devolução só ocorreu após o término da II Guerra Mundial.

Após a nacionalização compulsória, algumas Associações Instrutivas e/ou Agrícolas, que administravam ex-escolas étnicas que foram fechadas pelo Decreto 406, para reabrir, precisavam da autorização do Delegado da DOPS, e inserir em seus estatutos 'lições de civildade' para os agricultores, eliminar o alcoolismo, comemorar as datas cívicas nacionais, ter sócios brasileiros e usar somente a língua nacional (Dossiê n. 2.183, n. 2.185, n.2.186 e n. 2.143)

As ações do Estado Novo político policiais foram violentas e estavam ancoradas em aparato normativo jurídico. A proibição de comunicar-se em língua materna é uma delas, assim, como a apreensão de livros, jornais, rádios e outros objeto, por estarem escritos em língua estrangeira ou pertencerem a pessoas de identidade étnica estrangeira, apesar de serem brasileiras. Os agentes da polícia política, na época, mantinham uma rede de correspondência com as autoridades civis, militares e religiosas que tinham sob vigilância os 'suspeitos'. Também a restrição de livre circulação das pessoas dentro do território nacional, por pertencimento étnico, mostra a violência do Estado em impor a sua vontade política.

A AÇÃO DA POLÍCIA POLÍTICA NA DITADURA CIVIL MILITAR

A ditadura civil militar foi marcada pela perseguição aos opositores políticos, aos comunistas, aos considerados subversivos ou mesmo àqueles que descumpriam as prescrições legais. A violência e a repressão estatal eram práticas legitimadas pelo Estado que tem o "monopólio legítimo da coação física para realizar ordens vigentes" (WEBER, 1994, p. 34). Durante a ditadura militar o Brasil já era signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e mesmo a adesão ao Documento Internacional não foi suficiente para conter os abusos e violações à dignidade humana perpetrados pelos agentes do Estado. Os direitos humanos como podem ser compreendidos como um projeto que reivindica a dignidade como condição humana (GALLARDO, 2017)

Um dos primeiros atos do regime militar, foi criar o Serviço Nacional de Informações, criado por meio da Lei 4.341, de 13 de junho de 1964, órgão responsável por um vasto serviço de espionagem e que deu origem as Assessorias de Segurança e Informações. Paralelamente, o Poder Executivo, podia suspender por 10 anos dos direitos políticos de qualquer cidadão, suspender a estabilidade de trabalho dos servidores públicos por seis meses, cancelar os mandatos de legisladores federais, estaduais e municipais, a critério do Presidente da República, entre outros (GASPARI, 2002).

Outra ação contundente da ditadura civil-militar foi o Decreto-lei 314/67 que transformou a Doutrina da Segurança Nacional em lei (LIRA, 2010, p. 38). Este decreto definia os crimes contra segurança nacional, a ordem pública e social. Este decreto objetivava tomar medidas de prevenção contra inimigos interno e externos do país. Esta "restringiu violentamente os direitos do cidadão e cancelou as liberdades individuais legitimando as prisões arbitrárias e os interrogatórios ilegais" (LIRA, 2010, p. 38). A Doutrina de Segurança Nacional deu permissão ao Estado cometer inúmeras arbitrariedades em nome do combate ao comunismo (Arquidiocese De São Paulo, 1985).

O regime político foi construindo um aparato jurídico normativo para se manter no poder, incluindo as reformas educacionais, o controle político e a segurança nacional. A segurança nacional "estaria dado seu caráter coletivo, acima de direitos individuais e comportamentos privados, passíveis de supressão quando necessários" (CARDOSO; PIERANTI; SILVA, 2007, p. 35). Além disso, o controle da circulação de ideias foi normatizado através do Decreto-Lei 228/1967, que proibiu manifestações de caráter político-partidário, racial ou religioso no interior das Universidades, e também o Decreto 477/1969, entre outras estipulações, coibiu que se confeccionasse, tivesse em depósito ou distribísse material subversivo em estabelecimentos de ensino público ou particular, e ainda a Lei de Segurança Nacional poderia enquadrar como atividade ou propaganda subversiva qualquer expressão ou atividade que desabonasse o governo militar (BRASIL, 1967; 1969).

É prerrogativa do Estado a elaboração das leis e cuidar do seu cumprimento. Uma lei não pode ser analisada por si mesma, mas, é preciso relacioná-la com o contexto social que foi produzida ou as relações sociais nas quais

está inserida e que ela também contribuiu para produzir (FARIA FILHO, 1998). Max Weber (1934, p. 33) afirma que o Estado tem o poder e impor a sua forma de legitimação e conceitua o poder como “toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento desta probabilidade”. Assim, as normas jurídicas nunca existem isoladamente, mas, estão situadas em um contexto social (BOBBIO, 2001).

A referida lei abriu espaço à perseguição ideológica, como foi o caso de um professor da Universidade Estadual de Londrina “12/05/1977: O fichado possui tendências esquerdistas e esteve envolvido no movimento de agitação do hospital universitário da FUEL, onde existem vários médicos e residentes com tendências esquerdistas” (DOPS, FI 1539). A qualificação de professores e estudantes como esquerdistas, pelos agentes do Estado, mostram a constante vigilância dos sujeitos considerados inimigos e, ao mesmo tempo, o processo de resistência (dos processados) quanto ao regime político. Portanto, cabe ao pesquisador “tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões” (CHALHOUB, 1986, p. 22).

A escola e a universidade são instituições que estão inseridas no contexto social e foram usadas por diferentes governos para efetivar as políticas sociais. Nas instituições de ensino brasileiras também foram sentidos os efeitos das políticas governamentais, por meio de leis, programas de disciplinas, alterações na matriz curricular, adoção de livros didáticos, incentivo às atividades cívicas e outras. Neste sentido, Bourdieu (1998), analisa que cabe ao Estado o papel de unificação da cultura, da padronização dos conhecimentos e dos saberes jurídicos, linguísticos, e outros ao realizar a homogeneização das formas de comunicação e da burocracia, contribuindo para a construção da identidade nacional. No Brasil, isto se efetivou, não sem resistências, com a Reforma Universitária (Lei 5.540/1968) e com a Lei de Diretrizes da Educação (Lei 5692/1971). Portanto, o Estado impôs pela legislação uma cultura dominante assim constituída em cultura nacional, inculcando os fundamentos de uma verdadeira “religião cívica” e mais precisamente os pressupostos fundamentais da imagem (nacional) de si.

No interior das escolas havia o controle dos conteúdos escolares com caráter mais político que era ensinado aos estudantes. A reforma escolar, pela Lei 5692-71, instituiu o ensino de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, no 1º. e 2º. Graus, esvaziando os conteúdos de História e Geografia dado seu possível aspecto de formação política como também a moldagem do caráter dos alunos e do sentimento de nacionalismo (CASTELLS, 2000).

Nos períodos em análise, várias medidas foram implementadas enquanto políticas educacionais para homogeneizar o ensino como a organização das matrizes de conteúdos da educação básica e superior, o controle das atividades de grêmios estudantis, diretórios de estudantes, sindicatos de professores e também havia o incentivo à formação cívico-patriótica. (BENCOSTTA, 2005; VIDAL, 2005; LIRA, 2010). Neste sentido, as pastas/Dossiês DOPS analisadas reforçam esse caráter de controle ideológico e de censura imputado ao ambiente escolar e universitário, pois vários são os materiais produzidos por estudantes e professores apreendidos pela polícia política do Estado. Estes documentos, como jornais estudantis, panfletos, fotografias e outros trazem a tona a vigilância exercida pelos agentes da DOPS.

A comunidade universitária foi alvo do regime político, as aulas eram vigiadas por informantes do Governo e qualquer manifestação de descontentamento com o regime poderia levar a perda dos direitos políticos por 10 anos (SKIDMORE, 1998). Em abril de 1964, o Ministério da Educação instituiu as Comissões Especiais de Inquérito nas Universidades, objetivando a repressão das manifestações políticas cujo descumprimento poderia gerar a abertura de Inquéritos Policial-Militares (LIRA, 2010, p. 63). Isto poderia culminar com a expulsão de professores e funcionários, considerados ‘subversivos’ (CUNHA, 1988). O dossiê DOPS n. FI 41.810 (Dossiê UEL), traz a documentação sobre o “Dia do Protesto”, que ocorreu em 19 de setembro de 1979, contra a demissão de cinco docentes do Hospital Universitário, promovido pela Associação dos Docentes do HU. Neste dia, protestaram médicos residentes, internos do curso de Medicina e membros do DCE/LIVRE/FUEL. Na ocasião foi divulgado um à comunidade um manifesto, contendo a posição da Associação dos Docentes do HU, contra as demissões. Os agentes da DOPS realizaram a identificação de mais dezessete professores, e os qualificaram como “esquerdistas”, mostrando que vigilância dos agentes da DOPS era uma forma de controle social (FOUCAULT, 2008).

Prosseguindo na intenção de conter as ações políticas dos estudantes, o Decreto 477 de 26 de fevereiro de 1969, que definia as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares. Esse Decreto representa um dos maiores marcos legislativos repressivos na educação, estabeleceu a possibilidade de demissão de funcionários e professores, impedindo-os de trabalhar durante 5 anos. Cabe lembrar que o Ministério da Educação poderia contratar e demitir funcionários das universidades, objetivando conter, impedir ou minimizar a disseminação de ideias contrárias ao regime no interior das Universidades (LIRA, 2010).

Apesar da grande repressão destinada aos professores e do intenso arcabouço legislativo que visava impedir ações contrárias ao regime militar, os docentes encontraram maneiras de se posicionar contra os arbítrios praticados pelo governo e também de reivindicar por melhores condições de trabalho. Uma das táticas adotadas pelos professores e encontradas nas Pastas DOPS analisadas, foram as paralisações das aulas para protestar por melhores salários e inclusão de mais direitos para a categoria. Como a greve estava proibida pela legislação em vigor, e os participantes poderiam sem enquadrados em crime contra a segurança nacional, os docentes passaram a burlar o sistema repressivo de modo a nomear as paralisações das aulas como “congresso”. Esses congressos ocorreram no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 e embora não tivessem o fim de se insurgir contra o regime ditatorial vigente, era inevitável que manifestações políticas individuais ou coletivas surgissem nesse ambiente. Desta forma, concorda-se com os argumentos de Michel de Certeau (1994) sobre as táticas, as formas de fazer, as astúcias, as estratégias dos professores ante a necessidade de cumprimento dos preceitos legais e também fazer a resistência à legislação e ao regime político.

No período delimitado por esta pesquisa, o Estado foi institucionalizando um conjunto de instrumentos e medidas de controle e fiscalização das escolas e da comunidade escolar, formavam uma teia de ações que burocratizavam a escola de tal forma que coagiam o professor a cumprir os preceitos legais (FOUCAULT, 2008; 1999). O Estado produziu mecanismos para controlar as atividades pedagógicas, diminuir ou acabar com as ações políticas da comunidade escolar, em nome da segurança nacional, implementou mecanismos de punição em caso de não cumprimento, como a perda do cargo, a aposentadoria ou mesmo a prisão, especialmente durante a ditadura civil militar.

Os professores e os estudantes, por suas ideias, ações contrárias ao regime político foram parte das tensões estabelecidas com o Estado, que ficaram registradas nos diversos processos instaurados pela DOPS e arquivados na forma de Dossiês. Estes sujeitos encontraram formas de resistência específicas no período em análise, desde manifestações verbais, protestos, até o silêncio (CANCELLI, 1993; CAPELATTO, 1998; CARNEIRO, 2002; DIEHL, 1998).

O DIREITO À MEMÓRIA

No período em análise, a ação repressiva do Estado, em nome da segurança nacional, no Paraná, deixou vários vestígios, que estão registrados e guardados nos arquivos da DOPS. O aparato da polícia política mantinha a vigilância aos sujeitos considerados inimigos, com a coleta e o armazenamento das informações sobre as atividades dos suspeitos. Interessava à comunidade de informação as reuniões, as reivindicações salariais, a reivindicação do regime democrático, democracia e outras, que podiam ser obtidas com as investigações sigilosas, escutas telefônicas e acompanhamento do cotidiano (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

Pesquisar nos arquivos da DOPS é conhecer os processos de vigilância, as formas de punição do Estado e as memórias selecionadas para comporem um conjunto de documentos que mostram as ações da polícia política. A partir dos documentos arquivados pode-se compreender condutas, identificar os modos de pensar, circunscrever condutas e seus significados, compreender sistemas de inteligência e de sentimentos que se fundamentam as coesões e as rupturas sociais (FARGE, 2009).

A opção pela investigação dos processos nos documentos oficiais, os Dossiês e as Pastas Temáticas DOPS, transformados em fonte de pesquisa, neste artigo, possibilita dar visibilidade às acusações e punições que profes-

sores, estudantes e instituições de ensino foram alvo por suas ações de resistência e não cumprir as normativas legais. Analisar os arquivos da polícia política, significa conhecer as formas de trabalho da instituição que tinha como função o controle do indivíduo. Com a abertura dos arquivos da polícia política brasileira, os pesquisadores têm a oportunidade de avaliar os processos de repressão, violação dos direitos e das formas de resistência (CARNEIRO, 2005)

No Brasil, o processo de transição democrática iniciou com a promulgação da Lei de Anistia, lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Esta lei objetivava conceder perdão a todos aqueles que praticaram crimes políticos, ou conexos a estes, e crimes eleitorais, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, conforme artigo 1º. Mas, havia a exceção do benefício da anistia aqueles (artigo 1º, §2º): “que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal”. Assim, os atos de tortura, assassinatos e desaparecimentos militantes e lideranças, executados pelos agentes do Estado, foram perdoados. Os atos de resistência, definidos como ‘terroristas’, não foram (BRASIL, 2016).

Mesmo com a anistia, o acervo documental dos arquivos da DOPS/PR, não foi imediatamente disponibilizado aos brasileiros. Está sob a guarda do Arquivo Público em 1991 e disponibilizados ao público pelo Decreto 8.557/2013. As memórias do desrespeito aos direitos humanos e ilegalidades, da violência da polícia política, ficaram restritas aos familiares e o discurso oficial era de que as ações do Estado foram necessárias em nome da segurança nacional e para conter o avanço comunista (BRASIL, 2016; SILVA FILHO, 2010).

No Brasil, as iniciativas de memória e de verdade estão previstas no artigo 8º. Da Constituição Federal do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias, o qual prevê o direito a indenização pela condição de anistiado político. Em 2001 referido direito foi regulamentado pela Medida Provisória nº 2.151, posteriormente transformada na Lei 10.559/2002.

Além disso, o direito à verdade e o direito à memória são direitos que se inter-relacionam. O direito à verdade foi se delineando com o Direito Internacional dos Direitos Humanos, sendo objeto de diversos documentos e sentenças internacionais, enquanto o direito à memória possui conotação mais ampla e subjetiva. O direito à verdade refere-se às situações que requerem investigações sobre violações graves a direitos humanos ou crimes praticados contra a humanidade, mais especificamente em situações de guerra, conflitos ou regimes ditatoriais, para elucidar as atrocidades cometidas, identificar as vítimas e punir os responsáveis (SILVA FILHO, 2010, p. 1).

Já o direito à verdade tem a dimensão a individual, que diz respeito ao direito da vítima e seus familiares, incluindo o direito ao luto; e a coletiva, que se refere à sociedade e o seu direito à memória e a construção de sua identidade (PIOVESAN, 2017). Desta forma, o direito à verdade precisa assegurar a construção de uma memória, assim como proteger as vítimas e atribuir às futuras gerações a responsabilidade de não repetição de tais atos (PIOVESAN; BICUDO, 2006).

O direito à memória explana sobre o reconhecimento das violações de direitos humanos, mostrando o repúdio nacional a tais atos e a produção de políticas culturais, criação de espaços simbólicos e outros mecanismos para o não esquecimento (SILVA FILHO, 2010). Le Goff (2012) analisa que a construção da memória, traz a seletividade daquilo que precisa ser lembrado ou esquecido. Portanto, os silenciamentos e os esquecimentos também são reveladores da manipulação da memória coletiva, especialmente por aqueles que detém o poder (HEBLING, 2013). O direito à verdade e à memória são importantes na construção da identidade nacional, são necessários para a solidificação da justiça transacional e a consolidação do Estado Democrático de Direito.

Desta forma, no Brasil, a construção de uma memória coletiva com os aspectos nacionalistas foi incentivada nas escolas através da legislação escolar, da seleção de conteúdos e materiais didáticos, durante os períodos de ditadura. Também houve um processo de seleção de memória que estão nos documentos que compõem os arquivos DOPS, que registram as ações violentas da polícia política e a violação dos direitos humanos, por parte dos agentes do Estado (HEBLING, 2013).

Esse aspecto de seleção da memória também perdurou no processo de transição democrática, que se iniciou ainda na ditadura, com a promulgação da Lei de Anistia, Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Essa Lei objetivava conceder perdão a todos aqueles que praticaram crimes políticos, ou conexos a estes, e crimes eleitorais, no período

do compreendido entre 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, conforme o artigo 1º. Mas, havia a exceção do benefício da anistia aqueles (artigo 1º, §2º): “que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal”. Assim, os atos de tortura, assassinatos e desaparecimentos militantes e lideranças, executados pelos agentes do Estado, foram perdoados. Os atos de resistência, definidos como ‘terroristas’, não foram (BRASIL, 1979).

Portanto, a Lei de Anistia, ao perdoar os crimes de cunho político praticados durante a ditadura militar, inviabilizou as investigações e consequente responsabilização dos sujeitos que cometeram violações aos direitos humanos, especialmente os crimes de tortura, assassinato e desaparecimento de perseguidos políticos e, além disso, praticamente impossibilitou o esclarecimento da verdade histórica dos anos comandados pelos militares, propiciando uma verdadeira política do esquecimento (SILVA FILHO, 2010, p. 7).

Mesmo com a anistia e com o fim da ditadura civil militar, o acervo documental dos arquivos da DOPS/PR, não foi imediatamente disponibilizado aos brasileiros. As memórias do desrespeito aos direitos humanos e ilegalidades, da violência da polícia política, ficaram restritas aos familiares e o discurso oficial era de que as ações do Estado foram necessárias em nome da segurança nacional e para conter o avanço comunista (BRASIL, 2016; SILVA FILHO, 2010). No estado do Paraná, os arquivos da DOPS estão sob a guarda do Arquivo Público do Paraná, e encontram-se acessíveis ao público desde 1991 em razão do Decreto-Estadual 577/1991.

No entanto, o primeiro marco legal destinado ao direito a memória e a verdade está previsto no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias da Constituição Federal, o qual prevê o direito a indenização pela condição de anistiado político. Mas, somente em 2001 referido direito foi regulamentado pela Medida Provisória nº 2.151, posteriormente transformada na Lei 10.559/2002.

A regulamentação do direito a indenização só foi possível com a pressão de familiares, de anistiados políticos, do grupo Tortura Nunca Mais e com a criação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, instalada através da Lei 9.140/1995. Assim, foi possível formalizar a morte ou desaparecimento de 353 perseguidos políticos durante a ditadura civil militar (SILVA FILHO, 2010, p. 30). O livro *Direito à Memória e à Verdade* (2007) relata a circunstância da morte ou do desaparecimento de todas essas vítimas. Este foi um marco importante na construção das políticas de memória e verdade, com o reconhecimento das ações do Estado, assumindo suas responsabilidades e indenizando as vítimas (SILVA FILHO, 2010).

Mas a política de esquecimento até então adotado, somente passou a ser afastada de fato com a promulgação da Lei 10.559/2002, que instituiu a Comissão de Anistia, vinculada ao Ministério da Justiça. Esta lei além estabelece a declaração de anistiado político, também instituiu a reparação econômica, a contagem do tempo e a continuação de curso superior interrompido ou reconhecimento de diploma obtido no exterior. Neste sentido, as Comissões de Anistia são políticas de memória que objetivam analisar os pedidos de anistia, simbolizando um pedido de desculpas do Estado pelos atos praticados pelos seus agentes contra os perseguidos políticos (BRASIL, 2016).

Em 2009, ocorreu a criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas⁵, por meio da Portaria 204 de 13/05/2009, ocorreu a criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas⁶ e foi implantado pelo Arquivo Nacional. Esta normativa objetivava reunir e divulgar os documentos dos arquivos da ditadura militar que até então estavam nos Departamentos de Ordem Política e Social – DOPS, nos extintos Conselhos de Segurança Nacional e Comissão Geral de Investigações e Serviço Nacional, posteriormente sob custódia da Agência Brasileira de Inteligência. A Portaria possibilita que a população, que os pesquisadores tenham amplo acesso de tais documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2009).

No entanto, o acesso aos arquivos e documentos públicos foi consolidado como um direito de todos pela Lei 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação, que regula o acesso à informação previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do § 3º do artigo 37 e no § 2º do artigo 216, todos da Constituição Federal, solidificando o direito à verdade e à memória.

¹ Disponível em: www.memoriasreveladas.gov.br

² Disponível em: www.memoriasreveladas.gov.br

Assim, o acesso aos arquivos públicos da Ditadura Militar, especialmente os arquivos DOPS, constituem importante ferramenta para a investigação histórica de todo o período que perdurou a Ditadura Militar, de forma a tornar mais transparente as práticas adotadas pelo regime ditatorial e com isso corroborar com a efetivação do direito à memória e à verdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, os documentos fontes de pesquisa foram fundamentais para discutir a importância do arquivo como um espaço de memória e na construção de uma memória da Educação e dos Direitos Humanos. Os Dossiês DOPS, trazem uma seleção documental que representa a memória das ações da instituição, que durante décadas exerceu o papel de polícia política, que, em nome da segurança nacional, vigiou, controlou, processou, apreendeu, torturou, muitos brasileiros e brasileiras. A polícia política, de forma violenta foi usada pelo governo durante os dois períodos ditatoriais aqui analisados, em nome da segurança nacional. Apesar de objetivos distintos, nos dois períodos analisados, os governos fizeram uso da polícia política para vigiar, perseguir, processar e punir os considerados inimigos políticos.

Os Dossiês revelam como o Estado exerceu o controle e vigilância sobre a vida das pessoas consideradas inimigas, em determinado período e contexto histórico, em nome de um ideário de nação. Cada Dossiê ou pasta traz inúmeros documentos e dados sobre a vida e ação política dos processados, permitindo aos pesquisadores, estudantes, docentes e a sociedade brasileira conhecer os métodos de controle e fiscalização exercidos pelo Estado. Os Dossiês mostram como o Estado violou direitos, controlou as ações políticas dos processados, limitou o direito de expressão, o direito de ir e vir, mesmo que, na ditadura de 1964-1985, o Brasil fosse signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Os arquivos pesquisados neste artigo trazem as falas dos agentes da polícia política, trazem uma seleção de documentos que compõe a fala do Estado. Também trazem as falas dos sujeitos processados, as ações de resistência e permitem a construção de uma memória da educação e da violação dos direitos dos sujeitos que sofreram as sanções do Estado.

Os arquivos da DOPS podem ser considerados como lugares de memória, pois preservam os documentos que o Estado julga trazer um princípio de verdade. Portanto cabe ao pesquisador não ter uma atitude ingênua com a fonte de pesquisa, mas, interrogá-la para saber quem eram os sujeitos instituições que produziam os documentos e quais são os ideários divulgados quem ou quais interesses eles representam. Mostrar que não existe uma verdade única, mas, sim diferentes vozes que se manifestam através dos documentos.

Espera-se que a sociedade tenha acesso aos documentos guardados nos arquivos públicos, que as violações de direitos sejam divulgadas, para que nunca mais a sociedade brasileira precise passar por isso. Os arquivos públicos devem disponibilizar os documentos à sociedade para esta possa conhecer seu passado e propor ações de superação, de justiça e de reparação. Portanto, os arquivos são espaços educativos, educam para os Direitos Humanos pois mostram a violência do Estado, a violação dos direitos e devem ser exemplos para que a sociedade não permita que estas ações voltem a ocorrer.

Que os documentos dos arquivos sejam educativos e possam contribuir na construção de uma Educação para os Direitos Humanos. A Educação em Direitos Humanos está comprometida com a democracia, com a dignidade, com uma sociedade mais justa. Deve primar pelo reconhecimento e garantia dos Direitos Humanos, pelo reconhecimento das diferenças e buscar a proposição de políticas públicas que construam uma sociedade mais equânime.

REFERÊNCIAS

ALVES, Paulo. O Poder Judiciário no Estado Novo. **História**, UNESP, São Paulo, n. 12, p. 253-271, 1993.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Projeto Brasil Nunca Mais**. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

BENCOSTTA, Marcus Levy A. Desfiles patrióticos: Memória e cultura cívica dos grupos escolares em Curitiba (1903-1971). In.: VIDAL, D. (org.) **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campos, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**. Para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. Campinas: Ed. Papyrus, 1998.

BRAGGIO, Ana Karine; FIUZA, Alexandre Felipe. Acervo da DOPS/PR: uma possibilidade de fonte diferenciada para a história da educação. **Tempo e Argumento**, v. 5, n. 10, p. 430-452, 2013.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a polícia da era Vargas**. Brasília: EDUNB, 1993.

CANDIDO, Rivaldo Dionizio. **As ações do estado na ditadura civil-militar: a violação dos direitos humanos aos professores universitários do Paraná**. 2021. 139f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Políticas Públicas) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2021.

CARDOSO, Fabio dos S.; PIERANTE, Octavio P.; SILVA, Luiz H. R. Reflexões acerca da política de segurança nacional: alternativas em face das mudanças no Estado. **Revista Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 29-48, jan./fev. 2007.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, Idéias malditas**. O DEOPS e as minorias silenciadas. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN/USP/FAPESP, 2002.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Os arquivos da polícia política brasileira uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo**. Projeto Integrado - Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas: UNICAMP, 2012.

CORRÊA, Larissa Rosa. O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 33, 2008.

CRIVELLI, Renato; BIZELLO, Maria Leandra. A História da Arquivologia no Brasil (1838-2012). **Fuentes, Revista de la Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional**, v. 6, p. 44, 2012.

CUNHA, Luiz Antonio. A. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino**

CUNHA, Luiz Antonio; GÓES, Moacyr de **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 287-322, out. 2004.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIEHL, Astor Antonio. **A cultura historiográfica brasileira do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: EDUPF, 1998.

FARGE, Arlete. **O sabor do Arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autentica, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2008.

GALLARDO, Helio. **Teoria crítica: matriz e possibilidades dos direitos humanos**. São Paulo: Ed. UNESP Digital, 2017.

GARCIA, M. Desarquivando a ditadura. **Estud. av.**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 315-322, apr. 2011.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

HEBLING, Milene Cristina. **Memória e resistência: os professores no contexto da ditadura civil-militar (1964-1985)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

HORTA, J. S. B. **O hino, o sermão e a ordem do dia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

ILKIU, Júlia Aliot Da Costa. **As Investigações contra os Professores e Instituições de Ensino do Paraná pela Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS/PR durante a Ditadura Militar no Brasil de 1964 a 1985**. 2020. 138f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Políticas Públicas) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2020.

KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15. p. 159-176, set/dez. 2000.

KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial**. Porto Alegre: Ed UFRS/UFSC/EDUCS, 1991.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **Faire de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1984.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A legislação educacional no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985). Um espaço de disputas**. 2010. 367f. Tese (Doutorado em História) - Universidade federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Programa de Pós Graduação em História, Niterói, 2010.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

NEGREIROS, Leandro Ribeiro; DIAS, Eduardo José Wense. A prática arquivística: os métodos da disciplina e os documentos tradicionais e contemporâneos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 3, p. 2-19, set./dez. 2008.

PEREIRA, Carlos Eduardo da Silva. "Nada consta!": uma perspectiva historiográfica sobre o atestado de ideologia política (1931-1952 e 1967-1979). **Oficina Do Historiador**, v. 12, n. 2, p. e34138, 2019. <https://doi.org/10.15448/2178-3748.2019.2.34138>.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PIOVESAN, Flavia. BICUDO, Helio. Direito à verdade e à justiça? **Folha de São Paulo Tendências/Debates**, 2 dez 2006.

PIOVESAN, Flavia. **Temas de Direitos Humanos**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PRIORI, Angelo A.; POMARI, Luciana Regina. DOPS, trabalhadores rurais, comunistas e anticomunistas. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 128, p.102-109, jan. 2012.

RENK, Valquíria Elita. **As escolas étnicas polonesas e Ucrânicas no Paraná**. Curitiba: Appris, 2014.

RENK, Valquíria Elita; MASCHIO, Elaine Catia Falcade. A subvenção escolar no paraná e a nacionalização do ensino nas áreas de imigração (1899-1938). **Revista Inter A  o**, v. 46, n. 2, p. 502-522, 2021.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

ROMANELLI, Ot isa Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**: a ideologia germanista e o  tnico Teuro-Brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: FCC, 1982

SILVA FILHO, José Carlos Moreira. **Dever de Memória e a construção da História Viva**: a atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização do Direito   Memória e   Verdade. [S. l.: S. n.], 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4306416/mod_resource/content/1/Dever_de_Memoria_e_a_construcao_da_Histo.pdf.

SKIDMORE, Tomas Elliot. **Brasil**: De Castelo a Tancredo. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.



SKIDMORE, Tomas Elliot. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

superior. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Brasília: Ed. UNB, 1982.

VIDAL, Diana Gonçalves. (org) **Grupos Escolares** – cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). São Paulo: Mercado das Letras, 2005.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: UNB, 1994.

DOCUMENTOS

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. **Comissão de Anistia Relatório Anual Comissão de Anistia 2012**. Ministério da Justiça e Cidadania, Comissão de Anistia. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016.

BRASIL. **Decreto lei 314 de 13 de maio de 1967**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 27 jun. 2020.

BRASIL. **Lei 5.540/68 de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm. Acessado em: 8 jul. 2019.

BRASIL. Lei n. **6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 01 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: **Documenta**, Rio de Janeiro, n. 1, mar.1962.

BRASIL. **Lei No 4.341, DE 13 DE JUNHO DE 1964**. Cria o Serviço Nacional de Informação. Brasília: Casa Civil, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4341.htm. Acessado em: 27 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 5.692/71, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. In: SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. **Comissão de Anistia Relatório Anual Comissão de Anistia 2012**. Ministério da Justiça e Cidadania, Comissão de Anistia. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016.

PARANÁ – DOSSIÊS DOPS

PARANÁ. Dossiê n. 2.183. Curitiba: DEAP,

PARANÁ. Dossiê n. 2185. Curitiba: DEAP,

PARANÁ. Dossiê n. 2.186. Curitiba: DEAP,

PARANÁ. Dossiê n. 1.333. Curitiba: DEAP,

PARANÁ. Dossiê n. 1.106. Curitiba: DEAP,

PARANÁ. Dossiê n. 2.143. Curitiba: DEAP,



PARANÁ. Dossiê n.º 2353. Curitiba: DEAP.

PARANÁ. Dossiê n. FI 1539. Curitiba: DEAP.

